Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.283 | Preço banca: R$ 3,50

Governo libera R$ 3,43 bilhões do Orçamento após ajuste fiscal

Equipe econômica prevê fechar o ano com déficit nas contas inferior a R$ 68 bi

Página 4

Justiça derruba liminar que suspendia novas regras para VA e VR

Página 6

O governo federal liberou R$ 3,43 bilhões do Orçamento de 2026, reduzindo o volume de despesas congeladas, apesar da piora na previsão do resultado das contas públicas. A medida foi anunciada na terça-feira (24), após a sanção da lei que permite excluir até R$ 10,5 bilhões em gastos com subsídios ao diesel da meta fiscal deste ano.

Com a revisão, a contenção de despesas caiu de R$ 16,1 bilhões para R$ 12,63 bilhões. A projeção de déficit primário efetivo piorou e subiu de R$ 67,26 bilhões para R$ 76,98 bilhões.

Os dados constam no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, divulgado na noite dessa terça pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O documento, que orienta a execução do Orçamento, também aponta aumento nas estimativas de receitas e despesas, com impacto dos gastos extraordinários para conter os preços dos combustíveis. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Nublado com chuva de manhã. À tarde e à noite pode garoar. 23º C / 16º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,81
Venda: 5,81

Turismo
Compra: 5,89
Venda: 6,07

EURO
Compra: 6,38
Venda: 6,38

Confaz divulga preços médios de combustíveis para cálculo do ICMS


Foto/TV Brasil

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicou os novos valores do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final de combustíveis que serão usados pelos estados e pelo Distrito Federal a partir de 1º de dezembro de 2026.

Os preços servem de referência para o cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis.

Veja aqui a lista completa publicada no Diário Oficial da União da quarta-feira (25). Página 3

Plano busca fortalecer protagonismo das mulheres no agronegócio

Página 3

Empreendedores de São Paulo podem contar com R$ 200 mi em microcrédito do Banco do Povo

Página 2

Governo deve renovar subsídio ao diesel por mais 30 dias

Página 5

Esporte

Atletismo Brasil convoca seleção para o Sul-Americano de Cross Country

O Atletismo Brasil convocou na segunda-feira (23/11) a seleção nacional que disputa o Campeonato Sul-Americano de Cross Country de Assunção (Paraguai), no dia 6 de dezembro. Serão 20 atletas (10 feminino e 10 masculino) representando o Brasil. A live de convocação foi feita na TV Atletismo Brasil - a última convocação do ano de 2026 - por Wlamir Motta Campos, presidente do Conselho de Administração da CBAt.

O Brasil terá uma equipe completa em Assunção disputando as categorias adulto, sub-20 e sub-18, nos dois gêneros. “Gosto de ver atletas mais novos integrando as seleções. Mais uma seleção em que temos atletas experientes e estreantes, mesmo entre os adultos. E essa brasilidade, que eu sempre destaco, com atletas vindos de todas as regiões do País”, afirmou Wlamir Motta Campos.

A Copa Brasil de Cross Country, realizada em Poços de Caldas, definiu a formação da equipe depois que o Sul-Americano foi confirmado. “Foi feito um esforço grande de todos para competir e agradeço aos clubes, a Federação Mineira de Atletismo e a Prefeitura de Poços de Caldas, parceiros para que o evento fosse realizado”, disse Wlamir, que agradeceu também a Hélio Gesta de Melo, presidente da Federação Sul-Americana de Atletismo, pelo empenho feito para que o Sul-Americano ocorresse e o calendário do continente ficasse mais completo.

“Sejam muito bem-vindos e meus cumprimentos a atletas, treinadores, clubes, equipes multidisciplinares, federações, patrocinadores, apoiadores, familiares e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que os atletas chegassem neste momento”, disse Wlamir Motta Campos saudando os convocados.

Atletismo Brasil no Sul-Americano de Cross Country

Feminino

Franciane dos Santos Moura (Associação Paradesportiva do Norte-APAN-AM) - 10 km; Kleidiane Barbosa Jardim (Associação de Corredores de Rua e Pista de Campo Grande-MS) - 10 km; Glauciele de Oliveira de Souza (Elite Runners USB Ltda-RJ) - 10 km; Fabrícia Ester Stedille (Associação Abada-Capoeira do Estado de Santa Catarina-SC) - 10 km; Thaylane da Silva Mota (Orcampi-SP) - 6 km sub-20; Yasmin Nogueira Ferreira (Orcampi-SP) - 6 km sub-20; Vitoria Ferreira de Oliveira David (Clã Delfos-MG) - 6 km sub-20; Ana Beatrice Amancio Silva (Praia Clube-Cemig-Exército-Futel-MG) - 6 km sub-20; Ana Laura Domingues Trevisan (Orcampi-SP) - 4 km sub-18; Ana Cecilya Delmondes da Silva (Associação Petrolinense de Atletismo - APA-PE) - 4 km sub-18.


Foto/Gustavo Alves

Gustavo *Silva, campeão dos 10 km na Copa Brasil*

Masculino

Gustavo dos Santos Silva (Orcampi-SP) - 10 km adulto; Juliano de Araujo (Clube de Atletismo do Rio Grande do Norte-CARN-RN) - 10 km adulto; Gilberto Silvestre Lopes (Apollo Esportes Associados-MG) - 10 km adulto; Daniel Santana de Souza (Clã Delfos-MG) - 10 km; Mateus Rodrigues dos Santos (Orcampi-SP) - 8 km sub-20; Kaio Augusto Souza Martins (Clã Delfos-MG) - 8 km sub-20; Vinicius de Oliveira Pereira da Silva (Associação Paraibana de Basquetebol-PB) - 8 km sub-20; Valdir de Sousa Rocha Junior (Escolinha de Atletismo e Fundação Social JP-GO) - 8 km sub-20; Emanuel Rodrigues Garcia (Orcampi-SP) - 6 km sub-18;

Kaio Marques Assis (Barra do Garças Associação de Atletismo-MT) - 6 km sub-18.

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Porsche Cup Brasil C6 Bank manda para pista mais de cem pilotos na final da temporada

Uma temporada histórica com direito a visita inédita a pista de Le Mans e inclusão de Brasília aos palcos da Porsche Cup Brasil C6 Bank vai terminar em grande estilo neste sábado em Interlagos. Em meio ao Porsche Fest, maior evento de exaltação da marca na América Latina, a Porsche Cup Brasil C6 Bank promove a corrida final da classe Trophy e a prova de 500 km que marca o fim do campeonato de Endurance. Até esta terça-feira (24) eram 106 os pilotos confirmados nos grids.

O campeonato de Endurance começou no Algarve com domínio do carro #544, vencedor dos dois segmentos. Campeão de sprint em 2026 e já garantido com o título overall, Marçal Muller busca escrever novamente seu nome na história do evento como o primeiro piloto a ganhar os três títulos em disputa numa mesma temporada. Ele é o atual campeão de endurance e compartilha a pilotagem com Gaetano di Mauro neste ano.

A tripulação desafiante é a do Porsche #118, composta de Matheus Comparatto e Felipe Baptista. Comparatto veio da F4 para a Porsche Cup Brasil C6 Bank no ano passado e se destacou no campeonato de endurance, com três segundos lugares. Neste ano, no Algarve, mais uma vez ficou a uma posição da vitória tanto no segmento 1 quanto no final. Mas em Brasília a parceria com o mais recente vencedor da Corrida do Milhão rendeu pole, vitória no segmento e na prova de 300 km.

Assim, depois de 600 km de muita ação, as tripulações dos carros #544 e #118 estão rigorosamente empatadas.

Pela classe Challenge a liderança é do carro #66, sempre candidato ao título com Sadak Leite e Fabio Carbone. Depois o #311, de Witold Ramasauskas e Victor Mahle e imediatamente a seguir o #78, de Luiz Landi e Enrico Pedrosa. Também estão diretamente na disputa o #22, de Caio Castro, e o #100, tripulado por Raphael Bernardes e Giuliano Raucci.

A corrida de 500 km paga 32 pontos no fim do segmento inicial e outros 64 na bandeirada e permite a inscrição de trios (diferentemente das corridas de 300 km, sempre disputadas por duplas).

Como tradicionalmente acontece nas corridas longas da Porsche Cup Brasil C6 Bank, as principais estrelas do campeonato da categoria recebem pilotos com laureada trajetória nas pistas do mundo.

Pipo Massa compartilha o carro com o pai, Felipe, e o #19 vem credenciado pelo título de Pipo no evento suporte da F1 que terminou o campeonato de sprint e pela vitória na classe Rookie em Brasília.

Nelson Piquet Jr, primeiro campeão mundial da FE e também com pódio na F1 e WEC no currículo, mais uma vez está presente no campeonato em dupla com Rouman Zimekiewicz. A categoria de monopostos elétricos terá ainda mais um representante no grid em Interlagos, Enzo Fittipaldi, que acaba de ser anunciado como titular da próxima temporada. Ele faz trio no Porsche #29 com Rodrigo Mello e Pedro Boesel.

Caio Collet, que liderou as 500 Milhas de Indianápolis em maio deste ano em sua estreia como piloto regular da Indycar, é outro que integra um trio. Ele está inscrito no Porsche #18, em parceria com Carlos Ambrosio e Marcio Baumgart.

A jornada da etapa final em São Paulo terá também a prova final da Trophy. Com o título da Sport garantido por antecipação, Marcelo Kairis chega empatado em pontos no topo da tabela com Neylson Almeida, que foi segundo colocado nas quatro provas realizadas no campeonato de 2026. A prova da categoria de acesso abre a jornada no sábado, um dia repleto de atrações que passam por desfiles de Porsche de rua, a corrida final de 500 km, inauguração de um novo espaço premium chamado Skyview para acompanhar as atividades, apresentações de DJs e um show da dupla Chitãozinho e Xororó.

Investimentos em saneamento básico triplicam em São Paulo

Os investimentos em saneamento básico no Estado de São Paulo chegaram a R$ 12 bilhões nos primeiros nove meses de 2026, mais de três vezes o valor aplicado no mesmo período de 2023 e 2024, antes da desestatização da Sabesp pelo Governo de São Paulo. Entre janeiro e setembro de 2023, foram investidos R$ 3,9 bilhões. Em 2024, o mesmo período registrou acumulado de R$ 4,1 bilhões.

A ampliação dos serviços de saneamento também é acompanhada por mecanismos de controle da tarifa e políticas voltadas à população de baixa renda. Um deles é o Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (Fausp), que contribui para estabilizar o valor cobrado à população e financiar programas sociais, como a Tarifa Social Paulista e o Pró-Conexão, que custeia obras para conectar ligações intradomiciliares de esgoto.

"Nosso objetivo com o contrato foi garantir que a população tenha acesso aos serviços de água e tratamento de esgoto, com tarifas justas e descontos para quem mais precisa. É um modelo de investimentos em infraestrutura e inclusão social ao mesmo tempo", afirmou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

O aumento dos investimentos faz parte do plano de São Paulo para antecipar a universalização dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2029, quatro anos antes do prazo previsto pelo Marco Legal do Saneamento. Para cumprir as metas, R$ 70 bilhões serão investidos até 2029 em obras de expansão das redes, novas ligações domiciliares, modernização da infraestrutura e ampliação da capacidade de tratamento de esgoto. Até 2060, o valor alcançará R$ 260 bilhões. Desde a desestatização, no segundo semestre de 2024, mais de R$ 30 bilhões já foram investidos.


Foto: Arquivo/ABr

Investimentos *permitiram que mais pessoas tivessem acesso à água*

Os efeitos dos investimentos já aparecem na ampliação do acesso aos serviços. Desde a desestatização, 2,4 milhões de pessoas passaram a ter acesso à água, 2,8 milhões à coleta de esgoto e 4,7 milhões ao tratamento de esgoto.

Um exemplo desse avanço é Guarulhos, segundo município mais populoso do estado, com mais de 1,3 milhão de habitantes. Antes da desestatização, apenas 2% do esgoto produzido na cidade era tratado. O índice chegou a 45% no fim de 2025, e a expectativa é alcançar 78% até o fim deste ano.

"Quando o esgoto é coletado e tratado, temos melhoria da qualidade de vida, da saúde da população e também a despoluição dos rios. Já estamos vendo os resultados desses investimentos", explicou Natália Resende.

Até setembro deste ano, a Sabesp já havia alcançado 118% da meta acumulada entre 2024 e 2026 para a ampliação do número de economias de água, 103% da meta de novas economias de esgoto e 89% da meta de economias com tratamento de esgoto. Os resultados do modelo de contrato firmado pelo Governo de São Paulo que estabelece o cumprimento de metas de qualidade e expansão dos serviços para a remuneração da Sabesp.

Um dos mecanismos foi a criação de dois índices regulatórios que podem influenciar as tarifas cobradas pela Sabesp: o Fator Q (Qualidade) e o Fator U (Universalização). O primeiro avalia a eficiência no atendimento, os prazos para reparos e a qualidade dos serviços prestados. Caso os indicadores fiquem abaixo das metas estabelecidas, a concessionária pode sofrer descontos na tarifa.

Já o Fator U analisa o cumprimento das metas de expansão das redes de abastecimento de água e coleta de esgoto. Se a empresa não atingir os resultados previstos, também poderá haver redução tarifária, beneficiando os consumidores.

Tarifas justas

Outro eixo da desestatização foi a adoção de tarifas justas de água e esgoto. Para viabilizar essa política, foi criado o Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (Fausp), incorporado ao contrato de concessão.

O fundo reúne recursos destinados a contribuir para a estabilização das tarifas cobradas dos usuários. O Fausp recebeu um aporte inicial equivalente a 30% dos recursos obtidos com a desestatização da companhia. Além disso, como o Estado manteve participação acionária de 18,3% na empresa, parte dos dividendos recebidos também é destinada ao fundo, assim como os rendimentos de aplicações financeiras.

Em julho de 2024, logo após a desestatização, as tarifas das categorias Social e Vulnerável, destinadas à população de baixa renda, tiveram redução de 10%. As demais categorias também receberam descontos: 1% para usuários residenciais comuns e 0,5% para clientes comerciais e industriais. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Cristãos e cristãs vereadores e vereadoras, têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [na política] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um (uma), a qualquer tempo

.

PREFEITURA (São Paulo)
Cristãos e cristãs prefeitos(as) e vices(as), têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [na política] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um (uma), a qualquer tempo

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Cristãos e cristãs deputados e deputadas, têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [na política] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um (uma), a qualquer tempo

.

GOVERNO (São Paulo)
Cristãos e cristãs governadores e vices, têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [na política] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um (uma), a qualquer tempo

.

CONGRESSO (Brasil)
Cristãos e cristãs senadores(as) e deputados(as), têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [na política] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um(uma), a qualquer tempo

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Cristãos - e uma cristã - presidentes e vices, têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [na política] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um(uma), a qualquer tempo

.

PARTIDOS (Brasil)
Cristãos e cristãs donos(as) e sócios(as) preferenciais, têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [na política] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um(uma), a qualquer tempo

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Cristãos e cristãs em todas as carreiras jurídicas, têm como discernir porque não é difícil o uso de táticas das propagandas [nas políticas] pra vender qualquer coisa, pra qualquer um(uma), a qualquer tempo

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "No começo aquele que é a Palavra já existia. Ele estava com Deus e era Deus. Desde o princípio, a Palavra estava com Deus. Por meio da Palavra, Deus fez todas as coisas, e nada do que existe foi feito sem ela" **JOÃO 1.1-3**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Saresp 2026: 100 mil estudantes do 2º ano fazem provas de língua portuguesa e matemática nesta semana

Nesta quinta-feira (26), 100 mil estudantes de classes do 2º ano do Ensino Fundamental matriculados nas escolas estaduais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) farão as provas da edição 20026 do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). O principal objetivo é aferir o nível de alfabetização e aprendizagem dos alunos, a partir das habilidades de leitura, escrita e raciocínio matemático.

Além das unidades da Secretaria Educação do Estado de São Paulo, alunos dos 645 municípios paulistas e das redes particulares conveniadas também respondem aos itens de língua portuguesa e matemática.

Para o 2º ano são 35 questões — 16 de língua portuguesa, de múltipla escolha, e mais três discursivas; e 16 de matemática de múltipla escolha. Todo conteúdo é elaborado a partir do Currículo Paulista previsto para esse ano escolar.


Foto: Divulgação/Governo de SP

As provas são aplicadas na mesma unidade e horário em que o estudante está matriculado. Cada participante deve responder aos itens em até quatro horas, com intervalo de até 15 minutos para turmas do 2º ano. Alunos com deficiência têm direito a uma hora a mais.

Os resultados do Saresp do ano passado apontaram que a rede estadual de SP aumentou o percentual de alunos matriculados no 2º ano que sabem ler e escrever adequadamente. Em 2025, eram 64,9% no nível alfabetizado. O número é maior que a meta de 61% estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC). Tal avanço deve garantir a São Paulo mais um Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização.

Para composição dos dados e o reconhecimento com o Selo, o MEC utiliza as médias das avaliações de larga escala aplicadas por cada estado. No caso de São Paulo, os números são extraídos do Saresp, cujos resultados da edição 2025 foram divulgados em fevereiro deste ano.

No 2º ano do Fundamental, em 2025, a média de proficiência em matemática foi de 200,8 pontos, a maior da série histórica iniciada em 2021. Em língua portuguesa, os estudantes alcançaram 191,7 pontos, resultado 17 pontos a mais que no primeiro ano da gestão, em 2023.

Na distribuição da proficiência, a rede paulista também registrou avanços na avaliação do ano passado. Nove em cada 10 alunos do 2º ano estavam nos níveis mais elevados da escala — adequado e avançado — em língua portuguesa. Por outro lado, o número de crianças no menor nível, abaixo do básico, caiu de 7%, em 2023, para 1,1% nesta última edição. Em matemática, 68,5% estavam no grupo adequado e avançado e 6% no nível abaixo do básico. (Governo de SP)

Empreendedores de SP podem contar com R$ 200 mi em microcrédito do Banco do Povo

Após a retomada do convênio do Banco do Povo Paulista (BPP) com a Prefeitura de São Paulo, os empreendedores da capital já podem contar com R$ 200 milhões em linhas de microcrédito produtivo. A parceria pretende ampliar as oportunidades de investimento, gerar emprego e renda e fortalecer a economia local.

O acesso ao crédito é um dos principais desafios para empreendedores formais e informais, em especial nas periferias e em fase inicial do negócio. Segundo o Relatório de Inteligência: Barreiras de Acesso ao Crédito, divulgado pelo Sebrae em 2025, a dificuldade de obtenção de crédito compromete a capacidade de investimento e expansão. O entrave restringe o crescimento das empresas e pode ameaçar a sustentabilidade financeira, principalmente aquelas que dependem de recursos externos para equilibrar o fluxo de caixa ou financiar operações essenciais.

Gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, o BPP oferta linhas de microcrédito com taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento acessíveis, o que possibilita investimentos nos pequenos negócios.

Na capital, o processo de concessão de empréstimo é gerido pelo Cred Sampa, programa municipal voltado ao acesso a crédito e produtos financeiros da Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPA), ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

A agência vai orientar empreendedores informais, microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (MEs), empresas de pequeno porte (EPPs) e produtores rurais a solicitar os empréstimos. Com taxas de juros que variam de 0,35% a 0,80% ao mês, eles poderão receber até R$ 21 mil, com prazos de pagamento de até 36 meses.

"Ampliar o acesso ao microcrédito é fundamental para que pequenos empreendedores consigam investir, crescer e gerar renda. Com essa parceria com o Banco do Povo, estamos criando condições mais acessíveis para quem precisa tirar o negócio do papel ou dar um passo além, fortalecendo a economia local e levando mais oportunidades para todas as regiões da cidade", afirmou Rodrigo Goulart, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

AADE SAMPA atua como facilitadora do acesso ao crédito, por meio de orientação aos empreendedores e visita técnica. A avaliação, aprovação e liberação dos recursos são de responsabilidade exclusiva do Banco do Povo. Após a liberação do empréstimo, é preciso comprovar o uso do crédito.

"O Banco do Povo Paulista é uma política pública que atende micro e pequenos empreendedores que buscam alavancar seu negócio e expandir sua atividade.

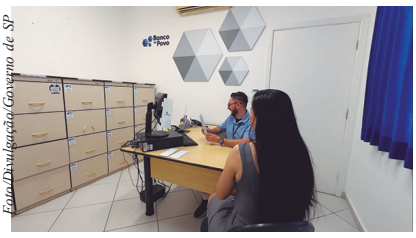
Foto: Divulgação/Governo de SP

Nosso objetivo é estimular o empreendedorismo no Estado, movimentar a economia e promover o desenvolvimento regional", destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Jorge Lima.

Os empreendedores formais podem acessar as linhas de microcrédito de forma 100% online. Já os informais precisam ir até a agência para receber as orientações da ADE SAMPA. A agência vai auxiliar na identificação da linha mais adequada a cada perfil e tirar dúvidas sobre requisitos, documentação e etapas.

Para acesso ao crédito, é obrigatória a realização de um dos cursos de qualificação empreendedora, disponibilizados no site do programa (https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/DesenvolvimentoEconomico/institucional/Programas/banco_do_povo). O interessado deve desenvolver atividade produtiva no município de São Paulo, não possuir restrições cadastrais no CADIN Estadual e no Serasa, não ter empréstimos ativos junto à instituição e apresentar a documentação exigida. Empreendedores informais deverão ter um avalista, que não pode ser o cônjuge.

Atendimento

Empreendedor formal (MEI, ME, EPP)

Pode iniciar a solicitação de crédito de forma 100% online pelo link: https://www.bancodopovopaulista.sp.gov.br/

Em caso de dúvidas no preenchimento, é possível agendar uma visita gratuita de um analista para orientações: https://forms.gle/LE6JnHCmrDZXKvsz8

Empreendedor informal (sem CNPJ)

Solicitação direta na unidade do Banco do Povo Paulista: Sebrae Centro – Rua 24 de Maio, 32 – Centro Histórico de São Paulo. (Governo de SP)

Governo libera R$ 3,43 bilhões do Orçamento após ajuste fiscal

O governo federal liberou R$ 3,43 bilhões do Orçamento de 2026, reduzindo o volume de despesas congeladas, apesar da piora na previsão do resultado das contas públicas. A medida foi anunciada na terça-feira (24), após a sanção da lei que permite excluir até R$ 10,5 bilhões em gastos com subsídios ao diesel da meta fiscal deste ano.

Com a revisão, a contenção de despesas caiu de R$ 16,1 bilhões para R$ 12,63 bilhões. A projeção de déficit primário efetivo piorou e subiu de R$ 67,26 bilhões para R$ 76,98 bilhões.

Os dados constam no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, divulgado na noite dessa terça pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O documento, que orienta a execução do Orçamento, também aponta aumento nas estimativas de receitas e despesas, com impacto dos gastos extraordinários para conter os preços dos combustíveis.

Números do Orçamento

- Liberação de despesas: R$ 3,43 bilhões;
- Contenção total: R$ 12,63 bilhões;
- Contingenciamento: R$ 12,32 bilhões;
- Bloqueio: R$ 304,3 milhões;
- Déficit primário efetivo previsto: R$ 76,98 bilhões;
- Gastos excluídos da meta fiscal: R$ 76,98 bilhões, mesmo valor do déficit primário;
- Receita total estimada: R$ 3,249 trilhões, alta de R$ 27,73 bilhões;
- Receita líquida estimada: R$ 2,605 trilhões, alta de R$ 18,3 bilhões ;
- Despesas totais previstas: R$ 2,694 trilhões, alta de R$ 26,7 bilhões.

Liberação de recursos

A redução da contenção foi possível após a sanção presidencial da lei do ajuste fiscal, que autoriza o governo a retirar da meta de resultado primário até R$ 10,5 bilhões em despesas com subvenções ao diesel.

Sem essa autorização, a equipe econômica teria de realizar uma contenção adicional de aproximadamente R$ 7 bilhões para cumprir a meta fiscal de 2026.

O governo também revisou para baixo algumas despesas obrigatórias, o que permitiu reduzir o bloqueio de recursos. Entre os gastos com previsão menor estão:

- Benefícios previdenciários;
- Pessoal e encargos sociais;
- Subsídios, subvenções e Proagro.

Com a revisão, o bloqueio caiu de R$ 2,4 bilhões para R$ 304,3 milhões. O contingenciamento foi reduzido de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,32 bilhões.

Déficit maior

Apesar da liberação de recursos, a previsão para o resultado primário efetivo piorou. Em setembro, o governo estimava déficit de R$ 67,29 bilhões. No relatório mais recente, a projeção passou para R$ 76,98 bilhões.

O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo, sem considerar os juros da dívida pública. Quando as despesas superam a arrecadação há déficit, que contribui para o aumento do endividamento.

A projeção considera os gastos que ficam fora da meta fiscal, como despesas extraordinárias com subsídios aos combustíveis e alguns gastos em saúde, educação e defesa, também avaliados em R$ 76,98 bilhões.

O valor do abatimento é idêntico ao da previsão de déficit primário porque para cumprir a meta do arcabouço fiscal, o governo é obrigado a fazer um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Com a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, para cima ou para baixo, o resultado pode chegar a zero em 2026.

Sem as exclusões, o resultado primário projetado seria um déficit de R$ 89,31 bilhões. Com o abatimento dos gastos autorizados, o valor considerado para a verificação da meta fica em R$ 12,32 bilhões negativos, dentro da margem de tolerância.

Gastos com diesel

As despesas com subsídios aos combustíveis aumentaram devido às medidas adotadas pelo governo para reduzir os impactos da alta internacional do petróleo sobre os preços domésticos.

Os créditos extraordinários destinados a essas políticas não entram no limite de despesas do arcabouço fiscal, mas são contabilizados na meta de resultado primário. Por isso, a lei sancionada nessa terça-feira autorizou a exclusão de até R$ 10,5 bilhões desses gastos da meta de 2026.

No relatório do quinto bimestre, os créditos extraordinários cresceram R$ 32,8 bilhões, chegando a R$ 76,4 bilhões. Quase R$ 30 bilhões do aumento estão relacionados às medidas para combustíveis.

Receitas e despesas

A previsão de arrecadação total subiu R$ 27,73 bilhões em relação ao relatório de setembro, chegando a R$ 3,249 trilhões. A receita líquida, após as transferências legais a estados e municípios, aumentou R$ 18,3 bilhões, para R$ 2,605 trilhões.

Entre os principais fatores que contribuíram para a revisão estão:

- Petróleo: previsão de receitas passou de R$ 160,1 bilhões para R$ 174,7 bilhões;
- Dividendos das estatais: estimativa de arrecadação subiu para R$ 55,3 bilhões;
- Precatórios cancelados: devolução de valores pagos anteriormente pela União;
- Receitas administradas: redução nas estimativas de arrecadação de tributos ligados à atividade econômica.

A previsão de despesas totais aumentou R$ 26,7 bilhões, para R$ 2,694 trilhões. O principal fator foi a ampliação dos créditos extraordinários destinados às medidas de combustíveis.

Meta fiscal

A meta de resultado primário para 2026 prevê superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R$ 34,3 bilhões. A legislação, porém, estabelece uma margem de tolerância que permite resultado zero sem descumprimento da meta.

O relatório do quinto bimestre considera esse limite inferior para calcular a necessidade de contingenciamento.

A equipe econômica também informou que as novas regras do pacote fiscal, que permitem contingenciar gastos para buscar o centro da meta, ainda estão sob consulta jurídica e não foram consideradas na avaliação divulgada nessa terça-feira.

Bloqueio e contingenciamento

O governo utiliza dois instrumentos para ajustar o Orçamento ao longo do ano: bloqueio e contingenciamento. Embora ambos possam resultar na retenção temporária de recursos, têm objetivos diferentes.

- Bloqueio: aplicado quando as despesas projetadas ultrapassam o limite de gastos do arcabouço fiscal. Nesse caso, o governo precisa reduzir despesas discricionárias para compensar o aumento de gastos obrigatórios.
- Contingenciamento: usado quando há risco de descumprimento da meta de resultado primário, geralmente por frustração na arrecadação. O instrumento limita temporariamente empenhos e pagamentos para adequar as despesas à previsão de receitas.

As duas medidas podem ser adotadas simultaneamente, caso o governo enfrente aumento de despesas obrigatórias e queda na arrecadação. (Agência Brasil)

Confaz divulga preços médios de combustíveis para cálculo do ICMS

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicou os novos valores do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final de combustíveis que serão usados pelos estados e pelo Distrito Federal a partir de 1º de dezembro de 2026.

Os preços servem de referência para o cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis.

Veja aqui a lista completa publicada no Diário Oficial da União da quarta-feira (25). Os novos valores são definidos a partir de informações encaminhadas pelas unidades federativas.

Entre os combustíveis abrangidos estão: querosene de aviação (QAV); álcool etílico hidratado combustível (AEHC); gás natural veicular (GNV); gás natural industrial (GNI); óleo combustível.

De acordo com o texto, diversos estados promoveram alterações nos valores de referência. No Distrito Federal, por exemplo, o preço médio do álcool etílico hidratado combustível foi fixado em R$ 4,58 por litro, enquanto o do gás natural veicular ficou em R$ 6,78 por metro cúbico.

Entre os menores valores do AEHC estão os registrados em São Paulo (R$ 3,86 por litro), Mato Grosso (R$ 4,05) e Goiás (R$ 4,12). Já os maiores preços de referência foram observados no Amapá (R$ 5,81), Roraima (R$ 5,34) e Sergipe (R$ 5,05).

A norma também atualiza os valores do querosene de aviação em estados como Tocantins, Minas Gerais, Sergipe e Roraima. O maior preço médio para o combustível foi registrado em Tocantins, com R$ 11,52 por litro.

Preço médio

O Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final é um valor de referência definido pelos estados para servir de base de cálculo do ICMS sobre combustíveis. O indicador busca refletir os preços praticados no mercado consumidor e é atualizado periodicamente pelas unidades federativas.

As alterações divulgadas nesta semana incluem tanto reajustes quanto reduções de preços, indicadas no ato por meio de marcações específicas para cada combustível e estado. (Agência Brasil)

Plano busca fortalecer protagonismo das mulheres no agronegócio



Foto: Valter Campanato/ABr

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) lançou na terça-feira (24) o Plano Nacional de Mulheres do Agro (PNMA). O objetivo é ampliar o protagonismo produtivo das mulheres no agronegócio brasileiro.

A iniciativa estabelecerá eixos estratégicos, mecanismos de governança e participação social das mulheres que atuam no meio rural.

Dados mais recentes do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que as mulheres dirigem 946.075, dos cerca de 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários do país. O número representa 19% do total de estabelecimentos ligados ao agronegócio.

Durante o lançamento do plano, na sede do ministério, em Brasília, a representante das mulheres do agronegócio, a pecuarista Valéria Guimarães afirmou que a iniciativa aproxima quem produz de quem formula as políticas para o setor.

"Há momentos na história de um país em que uma decisão institucional ultrapassa o significado de um ato administrativo e vivemos hoje um desses momentos: o encontro entre as mulheres que produzem e o estado que reconhece uma realidade que foi construída ao longo de gerações, mas que também olha para o futuro nos oferecendo oportunidades e novos caminhos", destacou.

Valéria disse ainda que um dos caminhos para fortalecer a participação das mulheres no setor é assegurar condições dignas às pessoas, em especial as mulheres, que permaneçam no campo.

"Quando uma mulher tiver acesso ao crédito para ampliar a sua produção e quando uma jovem encontrar no campo oportunidades suficientes para se capacitar, ela vai querer permanecer nele", disse.

Eixos

O plano é formado por sete eixos estratégicos: Produção, Crédito e Patrimônio; Informação, Tecnologia, Inovação e Assistência Técnica e Extensão Rural; Empreendedorismo, Agregação de Valor, Cooperativismo e Acesso a Mercados; Liderança, Representação e Sucessão; Diálogo, Articulação e Participação Social; Qualidade de Vida e Permanência no Campo e Reconhecimento e Transformação Cultural.

Segundo a pasta, os eixos foram estruturados para ampliar o protagonismo produtivo das mulheres no agronegócio brasileiro, fortalecendo a autonomia econômica, a participação e a liderança feminina nas diversas atividades agropecuárias.

Pelo cronograma de atividades, cada um dos eixos terá o prazo de até 60 dias para elaborar e apresentar um plano de ação, com as metas a serem executadas.

Valéria apontou a necessidade de que projetos de grande envergadura tenham continuidade. E que o plano deve servir como um instrumento de Estado para a formulação de políticas públicas.

"Que suas metas sejam realmente acompanhadas, que cheguem às diferentes regiões do país, que suas decisões escutem a diversidade de nossas realidades e que este compromisso permaneça ao longo do tempo, porque os grandes projetos nacionais precisam ter continuidade para produzir as transformações que terá esperamos", pontuou.

A presidenta da Câmara Temática de Mulheres Rurais do Mapa, Ângela Peres, destacou o fato de que o plano também busca promover condições institucionais para que produtoras e trabalhadoras possam produzir, empreender e prosperar com segurança e qualidade de vida.

Criada este ano, a câmara é um fórum consultivo e permanente vinculado ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

"Inclusão digital, educação, serviço de saúde, proteção à maternidade, segurança e oportunidades para as jovens rurais são condições essenciais para que as mulheres possam permanecer no campo com dignidade e liberdade de escolha", resumiu.

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes lembrou de políticas públicas lançadas anteriormente para o governo e que tiveram forte impacto no campo, a exemplo do programa Fome Zero. A ministra disse ainda que as mulheres lutaram para conquistar maior representatividade nos espaços de poder.

"Pela resistência, pela determinação, pela competência, pela capacidade de se organizar. Por isso, nós temos razão em reivindicar os espaços de poder, de decisão, de contribuição", frisou.

O ministro da Agricultura, André de Paula, apontou que o próximo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai ter um foco especial nas mulheres.

"A partir do dia 5 de janeiro, o Brasil terá um novo governo liderado pelo mesmo presidente que foi aprovado pelas urnas. Mas um novo governo", disse. "Como as mulheres são prioridade absoluta no governo do presidente Lula, todos os ministérios têm interface com o Ministério das Mulheres […] que tem possibilitado avanços em momentos como que nós estamos vivendo agora", disse.

A implementação do PNMA contará com um Comitê Gestor de caráter permanente, responsável por coordenar, articular, monitorar e avaliar a execução das ações, acompanhar os resultados e propor atualizações das diretrizes e prioridades, quando necessário. (Agência Brasil)

Buscando frear endividamento, BC deve elevar capital regulatório de emissores de cartão

O Banco Central deve elevar as alíquotas de capital mínimo regulatório de emissores de cartão de crédito, como parte das ações que visam frear o endividamento dos brasileiros. A expectativa de agentes financeiros é que a medida seja anunciada na quarta-feira (25), em comunicado do Comef (Comitê de Estabilidade Financeira).

Como antecipado pela Folha de S. Paulo, o regulador pretende aumentar o FPR (fator de ponderação de risco) de modalidades de crédito como o cartão de crédito e crédito não consignado.

Atualmente, quando o pagamento da fatura pelos clientes é feito de forma integral nos últimos 360 dias, o FPR aplicado é de 45% sobre o valor emprestado via cartão de crédito. Quando o cliente usa o rotativo ou parcela o pagamento das faturas, o FPR é de 75%.

Tais percentuais irão subir, de modo a aumentar o capital que os bancos precisam manter para o valor emprestado. O objetivo do regulador é que, quanto mais arriscados os clientes, menos dinheiro o banco tenha para emprestar, o que reduziria a oferta de crédito a quem não tem condições de pagar a fatura em dia.

Porém, integrantes do mercado dizem que o efeito pode ser contrário, elevando ainda mais o custo de crédito em um ambiente de juros altos, o que poderia levar a mais endividamento.

Para Everton Gonçalves, diretor de economia, regulação e produtos da ABBC (Associação Brasileira de Bancos), a mudança teria pouco efeito na demanda, dado que os brasileiros continuariam a usar essas linhas de crédito, mesmo com o custo elevado. Além disso, ele afirma que a mudança poderia contribuir para a desaceleração da economia.

"No atual cenário com desaceleração da atividade e deterioração na qualidade do crédito, a medida seria pró-cíclica, magnificando as flutuações do ciclo do crédito, para além dos impactos assimétricos entre os participantes do sistema financeiro", afirma Gonçalves.

Segundo ele, bancos mais capitalizados conseguiriam continuar ofertando crédito mesmo com uma alíquota de FPR maior, enquanto as instituições financeiras com um balanço menos robusto teriam mais dificuldades.

Instituições financeiras criticam a mudança sem uma conversa prévia do BC com o mercado, ou consulta pública para avaliar possíveis efeitos.

A taxa de inadimplência do cartão de crédito chegou a 10% no terceiro trimestre de 2026. O valor é 0,9 ponto percentual maior do que em setembro do ano passado, segundo dados da Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços).

A entidade diz, porém, que o endividamento das famílias deve ser analisado com dados de outras modalidades de crédito, e não só do cartão. Segundo pesquisa trimestral Abecs-Datafolha, cerca de 85% dos consumidores pagam a fatura integral no vencimento, sem recorrer a parcelamento ou rotativo.

Em setembro, o Comef disse que o nível de endividamento das famílias estava em "patamar historicamente alto" e reforçou que o órgão preparava medidas no mercado de crédito.

O presidente do BC, Gabriel Galípolo, disse publicamente estar preocupado com a oferta de crédito "agressivo ou até predatório" e defendeu medidas preventivas e de transparência contra o endividamento, especialmente no caso de linhas mais arriscadas, com custo mais elevado, geralmente sem garantias.

No mês passado, o BC anunciou ações buscando proteger consumidores contra abusos nas ofertas de crédito, além de conferir mais transparência antes da contratação de empréstimos.

Entre as medidas, a partir de 31 de março de 2027, as instituições deverão oferecer um mecanismo claro para bloqueio de propagandas e ofertas ativas. A norma prevê proteção reforçada para clientes em situação de maior vulnerabilidade financeira ou risco de endividamento excessivo. (Folhapress)

Equipe econômica prevê fechar o ano com déficit nas contas inferior a R$ 68 bi

A equipe econômica estima que encerrará 2026 com um déficit efetivo inferior a 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), equivalente a um rombo de aproximadamente R$ 68 bilhões. O resultado é levemente melhor em relação ao informado na última terça-feira (24).

Na terça (24), os últimos ajustes no Orçamento deste ano apontavam para um déficit efetivo de R$ 77 bilhões (equivalente a 0,56% do PIB) ao fim do ano. O valor já considera o esforço de contenção de gastos e as despesas excluídas das regras fiscais. Esse valor não considera, no entanto, o chamado "empoçamento", recursos que ficam à disposição dos ministérios, mas não são executados pelas pastas.

"O déficit vai rondar em 0,5% do PIB. Caminhamos à reta final com bastante segurança no cumprimento do resultado", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, durante coletiva de imprensa para detalhar a situação atual do Orçamento.

Com o plano Moretti sancionado ontem pelo presidente Lula, o governo espera entregar um superávit primário efetivo em 2027 de 0,1% do PIB (R$ 18,6 bilhões), já considerando os descontos permitidos pela legislação.

Na segunda-feira, o governo liberou R$ 3,4 bilhões do Orçamento após excluir R$ 10,5 bilhões da meta fiscal. A nova projeção prevê um rombo total de R$ 77 bilhões, contribuindo para o aumento da dívida pública.

No último relatório, divulgado em setembro, o congelamento de recursos no Orçamento estava em R$ 16,1 bilhões. Desse valor, R$ 2,4 bilhões haviam sido bloqueados para compensar o aumento em outras despesas obrigatórias, enquanto R$ 13,6 bilhões haviam sido alvo de contingenciamento, quando há ameaça para o cumprimento da meta fiscal.

Neste ano, o governo fixou uma meta de superávit de 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto), equivalente a um saldo positivo de R$ 34,3 bilhões. Há uma margem de tolerância de 0,25% do PIB para menos —ou seja, o resultado pode ser zero, sem considerar os gastos fora da meta.

Por isso, mesmo com o rombo efetivo de R$ 68 bilhões, a meta é considerada cumprida devido às exclusões permitidas tanto pelo Congresso Nacional quanto pelo STF (Supremo Tribunal Federal), principalmente em relação às despesas com precatórios.

Na nova previsão do Orçamento, as despesas cresceram R$ 26,7 bilhões em relação a setembro. Essa alta ocorreu devido ao aumento dos gastos com as subvenções aos combustíveis, medidas para mitigar os impactos do conflito no Oriente Médio sobre os preços no mercado doméstico.

Esses créditos extraordinários adicionaram R$ 32,9 bilhões às previsões. Uma parte disso foi amortecida pela redução na previsão de outros gastos obrigatórios, como benefícios previdenciários, que recuaram R$ 6,6 bilhões.

Houve queda de R$ 2,3 bilhões na previsão de gastos com pessoal, de R$ 1,7 bilhão no Proagro (programa de seguro rural bancado com subsídio do governo federal) e de R$ 1,05 bilhão com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Do lado da arrecadação, a equipe econômica elevou a estimativa de arrecadação total em R$ 27,7 bilhões na comparação com setembro.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a redução das despesas com o Bolsa Família, apesar do reajuste conferido pelo governo às vésperas da eleição, é resultado da gestão do cadastro dos beneficiários, que vem sendo realizada desde 2024. "Pegamos um cadastro absolutamente desmontado, uma bagunça concreta, é parte desse esforço de racionalização da despesa", afirmou.

Segundo ele, essa queda na projeção dos gastos com o Bolsa Família é um exemplo de "controle da obrigatória sem abrir mão da garantia dos direitos". "Teste da realidade é infalível", complementou. (Folhapress)

Projeto de regulação das big techs será votado na próxima semana

O Projeto de Lei 4675/2025, conhecido como PL dos Mercados Digitais, vai entrar na pauta de votação do plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana, informou o relator da matéria, deputado Aliel Machado (PV-PR).

Em pronunciamento na terça-feira (24), Machado afirmou que o calendário foi definido diretamente com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e conta com apoio de líderes partidários.

"Esse é um projeto que não trata de regulamentação de conteúdo. É um projeto que pode trazer uma economia de até R$ 50 bilhões para os brasileiros, para os pequenos empresários, para os consumidores. É um projeto de lei que vem sendo debatido há mais de dois anos pelo governo federal e depois encaminhado a essa Casa", disse o parlamentar.

Apresentada pelo governo federal no ano passado, a proposta pretende atualizar a legislação brasileira de defesa da concorrência para enfrentar a concentração de poder econômico de grandes plataformas digitais.

Para isso, prevê a criação de uma Superintendência de Mercados Digitais no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que poderá abrir processos de designação de agentes econômicos de relevância sistêmica em mercados digitais e determinar eventuais obrigações especiais a esses agentes.

O Cade é uma autarquia federal, com autonomia administrativa e decisória, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por prevenir e combater práticas que prejudiquem a livre concorrência e a ordem econômica no Brasil.

O projeto estabelece critérios para identificar companhias que poderão obedecer a obrigações adicionais em relação a outras empresas do mesmo setor para preservar a concorrência. Entre os requisitos estão:

Faturamento anual superior a R$ 50 bilhões no mundo ou R$ 5 bilhões no Brasil;

Atuação em mais de um mercado de múltiplos lados ou controle de acesso a ecossistemas digitais;

Avaliação individualizada e fundamentada pelo Cade;

O enquadramento financeiro não significa designação automática nem aplicação imediata de obrigações. As medidas dependerão de processos específicos, com participação das empresas e análise dos riscos concorrenciais.

A nova regulação poderá incidir, por exemplo, sobre a concentração de mercados digitais em segmentos como o de sistemas operacionais e ecossistemas de aplicativos, estabelecendo eventuais obrigações a gigantes deste mercado, como Microsoft, Apple e Google. Também poderá alcançar setores de comércio eletrônico e marketplaces, dominado por empresas como Amazon e Mercado Livre.

Plataformas de intermediação de serviços, como Ifood, Uber e Airbnb, serviços de computação em nuvem, mecanismos de busca, publicidade digital e redes sociais são outras atividades digitais que poderão ser objeto de ação do Cade em processos para monitorar atividades anticoncorrenciais, caso o projeto seja aprovado.

Entre as possíveis medidas, o Cade poderia determinar a essas empresas obrigações de transparência, portabilidade de dados e interoperabilidade. Elas também poderiam ficar proibidas de favorecer produtos próprios, vincular serviços ou usar o desenho das plataformas para manipular a escolha dos usuários.

"Nosso projeto, que é técnico, não trata de punição antecipada, ele não vincula a designação com a obrigação, ele coloca em modelos separados. Inclusive, depois de observarmos a experiência na Europa, nós aprimoramos para que aqui fosse melhor. E ele não entrega poder ao governo, como muitos estão dizendo. Ele entrega poder ao Cade, que tem seus conselheiros com mandato. Mandato de pessoas que têm responsabilidade em defender a soberania do nosso país. Nada contra as empresas, queremos mais empresas, menos monopólio", afirmou Aliel Machado sobre o relatório.

A proposta não cria uma regulamentação geral sobre conteúdos publicados na internet nem estabelece regras de moderação das redes sociais. O foco é monitorar e impedir a influência econômica da plataforma sobre outros agentes. Se passar na Câmara, onde precisa de maioria simples, o PL seguirá ainda para o Senado.

Divergências

Dezenas de organizações da sociedade civil vêm defendendo a aprovação da proposta. Em recente manifestação pública, a Sala de Articulação contra a Desinformação (SAD) e diversas organizações signatárias, como a Coalização Direitos na Rede (CDR), Aláfia Lab, Sleeping Giants Brasil, DiraCom – Direito à Comunicação e Democracia, Data Privacy Brasil, Intervozes, Artigo 19, entre outras, pediram urgência na votação da proposta para alinhar o país nas iniciativas regulatórios mais atuais sobre mercados digitais.

"Nos últimos anos, a sociedade civil organizada tem acompanhado com preocupação o crescimento da concentração de poder econômico nas mãos de um número limitado de grandes plataformas digitais. Esse processo produz efeitos sobre diferentes dimensões dos mercados digitais. De um lado, consumidores e consumidoras ficam cada vez mais dependentes de ecossistemas fechados, com possibilidades limitadas de escolha e acesso a uma oferta diversificada de produtos e serviços. Do outro, pequenos e médios negócios ou agentes econômicos enfrentam barreiras de acesso e expansão de suas atividades nesses mercados digitais, que acaba marcado por assimetrias competitivas e pela concentração, portanto, de oportunidades", argumentam as entidades na nota.

A carta destaca a necessidade de atuação de autoridades e instituições públicas "para a construção de um mercado verdadeiramente competitivo, com oportunidades reais de transformação positiva".

Do lado das plataformas, há forte resistência em relação ao projeto. Em julho deste ano, o Conselho Digital publicou uma carta aberta criticando o substitutivo do PL 4.675/2025.

A entidade reúne empresas como Google, Meta, Amazon, TikTok e OpenAI. De acordo com a manifestação pública, o texto do projeto permitiria a imposição discricionária de obrigações estruturais sem demonstração de dano concreto ou de conduta anticompetitiva e também ampliaria "excessivamente o poder do governo sobre produtos e serviços digitais".

Para essas grandes empresas, o PL ainda traria o risco de intervenções em algoritmos, ranqueamento, interoperabilidade e contratos por decisões administrativas. Elas argumentam que o Brasil já dispõe de instrumentos legais para combater abusos, como a Lei de Defesa da Concorrência, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Código de Defesa do Consumidor.

As críticas também foram endossadas mais recentemente em uma carta assinada por mais de 70 juristas. (Agência Brasil)

IBGE: coleta seletiva avança e atinge 2.675 municípios brasileiros

A coleta seletiva avançou no país e atinge 2.675 municípios brasileiros entre aqueles que informaram a existência do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (48,1% do total). Em 2008, esse número era de 994 municípios (17,9%).

A coleta seletiva é um sistema de recolhimento de resíduos sólidos que separa os materiais recicláveis dos não recicláveis, facilitando seu reaproveitamento pelos catadores e pelas indústrias de reciclagem.

A informação está na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (2024) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quarta-feira (25).

A Região Norte apresentou o menor percentual de municípios com o serviço de coleta seletiva, (24,7% do total na região). Na sequência vieram as regiões Nordeste (33,4%); Centro-Oeste (38,8%); Sudeste (54,0%) e Sul (74,5%).

O processamento de resíduos secos foi informado por 52,3% dos municípios e o processamento de resíduos orgânicos por apenas 9,7%. A coleta de resíduos sujeitos à logística reversa (processo de retornar produtos, embalagens ou resíduos do consumidor de volta à cadeia produtiva ou a um destino ambientalmente adequado) foi realizada diretamente em 46,6% dos municípios.

Áreas consideradas como lixões ainda estão presentes em 28,9% dos municípios. Na região Norte, o indicador chega a 69,2%.

De acordo com os dados, 1.236 (22,2%) municípios indicaram presença de entidades de catadores de recicláveis.

Segundo o IBGE, o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos já apresentava ampla presença nos municípios brasileiros desde 2000. Assim, não se observam alterações expressivas na comparação entre 2000, 2008 e 2024, mas apenas pequenas variações nos três períodos analisados.

Em 2024, 5.561 municípios informaram ter esses serviços, o que corresponde a 99,8% do total, indicando sua quase universalização no território nacional.

O serviço de drenagem e manejo de águas pluviais apresentou expansão expressiva entre 2000 e 2024.

"Diferentemente do observado para a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, que já apresentavam quase universalização desde 2000, a drenagem partia de patamares mais desiguais e registrou avanço relevante em todas as grandes regiões", diz o IBGE.

No Brasil, a proporção de municípios com serviços de drenagem e manejo de águas pluviais passou de 78,6%, em 2000, para 94,5%, em 2008, alcançando 97,4% em 2024. O maior salto ocorreu entre 2000 e 2008, período em que houve forte ampliação da presença do serviço no Brasil. Entre 2008 e 2024, o crescimento continuou, mas em ritmo menor. Em 2024, 5.424 municípios informaram ter esse serviço.

Problemas nos dispositivos de drenagem, falta de pavimentação e/ou buracos na rua e ocorrência de alagamentos, inundações ou enxurradas são as principais queixas recebidas por ouvidorias dos serviços. (Agência Brasil)

Fux encerra contrato do BRB com TJ-BA e fala em descumprimento de exigências

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux decidiu na terça-feira (24) não manter a prorrogação de um contrato de exclusividade entre o BRB (Banco de Brasília) e o TJ-BA (Tribunal de Justiça da Bahia) após o banco deixar de apresentar documentos exigidos pela corte.

Originalmente, o vencimento do contrato estava marcado para 27 de agosto, mas o magistrado determinou a prorrogação por 90 dias. O negócio garantia R$ 394 milhões mensais no caixa do banco do Governo do Distrito Federal. Com a decisão, o contrato terá a vigência encerrada em 27 de novembro.

Segundo Fux, o BRB não apresentou os documentos que comprovem o andamento das medidas de recuperação financeira previstas no acordo homologado pelo Supremo entre o Distrito Federal e a União, em maio deste ano.

Conforme o acordo de recuperação do banco brasiliense, era necessário apresentar periodicamente informações e documentos sobre as providências adotadas e as ainda em andamento.

Em audiência sobre a resolução entre o DF e a União, o governo distrital comprometeu-se a encaminhar parecer periódico do TCDF (Tribunal de Contas do Distrito Federal) e comunicar ao Tesouro qualquer medida que pudesse pôr em risco a recuperação do BRB.

Pelos termos acordados, Fux ficou responsável por monitorar e fiscalizar o cumprimento do acordo e das operações de crédito relacionadas a ele. No entanto, segundo o ministro, o banco não apresentou nenhum documento que demonstrasse a continuidade das medidas tratadas, "tampouco demonstrou qualquer outra providência empreendida ou em curso".

"Como se percebe, não cuidou a instituição financeira de cumprir a condição judicialmente consignada para a prorrogação por 90 dias do ajuste", destacou o magistrado.

A decisão de Fux foi tomada em recurso do Distrito Federal contra determinação da 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, que acatou pedido do estado para afastar a cláusula de exclusividade do contrato entre o BRB e o TJ-BA.

Na decisão, a justiça estadual permitiu que o Banco do Brasil, não o BRB, administrasse R$ 2 bilhões obtidos em uma operação de crédito para pagamento de precatórios.

Após o entendimento da 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, o Distrito Federal recorreu ao Supremo, afirmando que a decisão contrariava o acordo homologado pela corte, e, em junho, Fux suspendeu a decisão da Justiça baiana.

Na ocasião, o Governo do Distrito Federal disse que, com o encerramento do contrato com o TJ-BA, o BRB deixaria de receber aproximadamente R$ 394 milhões mensais em novos depósitos mesmo ainda sendo obrigado a processar levantamentos de contas sob a administração do banco, a um custo operacional estimado em R$ 395 milhões.

Na ação, o governo argumentou ainda que o encerramento do contrato colocaria em risco a autonomia financeira do DF. Em agosto, diante do vencimento do contrato com o Judiciário da Bahia, o ministro autorizou a prorrogação excepcional do contrato por 90 dias.

O BRB entrou em crise após ter comprado carteiras de crédito fraudulentas do Banco Master, de Daniel Vorcaro, que depois tentou vender seu banco ao governo do DF, na gestão do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB). O negócio não foi adiante porque o Banco Central vetou a operação.

Após o envolvimento no escândalo do Master, o BRB tem enfrentado problemas de capital e de liquidez. O acordo validado pelo Supremo em março tem o objetivo de cobrir o rombo deixado por operações com o banco de Daniel Vorcaro. O montante necessário para fechar o rombo é de R$ 8,8 bilhões, segundo o presidente do BRB. (Folhapress)

Violência contra mulher atingiu nível de atrocidade, diz Cármen Lúcia

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse na quarta-feira (25) que a violência de gênero contra mulheres atingiu nível de "atrocidade inaceitável".

Durante a abertura de sessão de julgamentos, a ministra, que é a única mulher integrante da Corte, destacou o início da campanha "16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero", promovida pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres).

Para Cármen Lúcia, a data é importante para sensibilizar a sociedade sobre a gravidade do quadro de violência contra a mulher.

"A minha lembrança é porque há uma séria de providências, de reuniões que tem tido curso nesta semana, considerando a gravidade do quadro de violência contra a mulher no Brasil, que vai desde uma ameaça até o feminicídio, que tem atingido números de atrocidades absolutamente inaceitáveis", afirmou.

A ministra também afirmou que o Supremo tem cumprido o papel de promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas os números de feminicídios e de violência física têm aumentado.

"A importância desta reunião mundial, estabelecida pela ONU, é para que cada um de nós se sensibilize com o quadro de tamanha gravidade, que não pode ser desconhecido por nós da área do direito", completou.

De acordo com a ONU Mulheres, cinco mulheres foram mortas a cada hora por parceiro ou parente em 2025. (Agência Brasil)

CBR 052 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 29.019.154/0001-07 - NIRE 35235118787

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06.03.2026, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade das Sócias. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** As sócias aprovam por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 492.083,00 **para** R$ 45.287,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Represa Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 08.366.227/0001-67 - NIRE 35.220.812.291

Extrato da Ata da Reunião dos Sócios Quotistas em 25.11.2026

Data, hora, local: 25.11.2026 às 9 horas, na sede, São Paulo/SP, Avenida Nações Unidas, 12.901, 8º andar, Torre Norte. **Mesa:** Sr. Manoel Pereira da Silva Neto - Presidente e Sra. Pamella Edwiges Spaulonci - Secretária **Presença:** Sócia quotista. **Deliberações aprovadas:** 1) A redução do capital social, de R$ 513.486.168,00, para o valor de R$ 506.486.168,00, por meio de reembolso de quotas no valor de R$ 5.000.000,00 à sócia quotista Represa, LLC. Aprovado o pagamento do reembolso em dinheiro à sócia quotista Represa, LLC. Na presente data as sócias quotistas promoverão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 25.11.2026. Manoel Pereira da Silva Neto - Presidente, Pamella Edwiges Spaulonci - Secretária. **Represa, LLC** - Manoel Pereira da Silva Neto

M.A.R. Ibiza Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF: 32.179.161/0001-80 - NIRE: 35235405964

Ata de Reunião de Sócios

Em 24/11/2026, às 10h, na Sede em São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Carlos Alberto Bueno Neto; Presidente; Daniel de Sousa Neves, Secretário. **Deliberação por unanimidade: (i)** Nos termos do Artigo 1.082, II, da Lei 10.406/2002, aprovar a redução do capital social da Sociedade de R$36.067.254,00 para R$1.000.000,00, com uma redução efetiva de R$35.067.254,00, mediante o cancelamento de 35.067.254 quotas, da seguinte forma: a) Nos termos do Artigo 1.082, I, da Lei 10.406/2002, aprovar a absorção dos prejuízos acumulados apurados até 30/09/2026 na Sociedade de R$7.249.566,00; b) Aprovar a restituição do valor remanescente aos sócios, de acordo com a participação de cada sócio no capital social da Sociedade, no montante de R$27.817.688,00, em parcelas e de acordo com a disponibilidade de caixa da Sociedade. **(ii)** Aprovar o pagamento do reembolso de 5.563.538 quotas integralizadas à sócia Benx Empreendimentos Imobiliários Ltda., em moeda corrente nacional, no valor de R$5.563.538,00. **(iii)** Aprovar o pagamento do reembolso de 1.390.885 quotas integralizadas à sócia BN Engenharia S.A., em moeda corrente nacional, no valor de R$1.390.885,00. **(iv)** Aprovar o pagamento do reembolso de 11.474.796 quotas integralizadas à sócia RB Asset Residencial III Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda., em moeda corrente nacional, no valor de R$11.474.796,00. **(v)** Aprovar o pagamento do reembolso de 9.388.469 quotas, integralizadas à sócia RB Asset Residencial IV Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda., em moeda corrente nacional, no valor de R$9.388.469,00. **(vi)** As sócias quotistas promoverão a publicação da presente ata no Diário Oficial, em jornal de grande circulação e a sua averbação no Registro Público de Empresas Mercantis, para que se produzam os devidos efeitos legais (artigo 1.084, §§ 1º, 2º e 3º da Lei 10.406/2002). **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 24/11/2026.

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 00.242.184/0001-04 - NIRE nº 35.300.551.362

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração de 10/11/2026

Realizada em 10/11/2026 às 09h00 na sede social da Companhia. **Convocação, Presença e Quórum:** Dispensada a convocação em função da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa: Fernando Pereira Aragão** - Presidente da Mesa; **André Abramowicz Marafon** - Secretário da Mesa. **Deliberações:** Aprovou após exame da documentação apresentada e das manifestações dos órgãos competentes, **(a)** os resultados operacionais, econômicos e financeiros da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 30/09/2026 e **(b)** as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30/09/2026, acompanhadas do relatório de revisão dos auditores independentes, autorizando a divulgação das informações financeiras trimestrais e do ITR e sua arquivamento perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), observados os prazos regulamentares. Aprovar em razão da vacância decorrente da renúncia do Sr. José Augusto Pereira Aragão ao cargo de membro do Conselho de Administração, apresentada em 10/08/2026, a nomeação do Sr. **Rodrigo Campos Ferreira**, CPF 176.839.028-29, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, a ser exercido até a 1ª Assembleia Geral da Companhia que se realizar, à qual será submetida a ratificação de sua eleição, para complementação do mandato unificado dos demais membros do Conselho de Administração atualmente em vigor, cujo termo final será a assembleia geral ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31/12/2026. Aprovar, 1) o encerramento, nesta data, do programa de recompra de ações da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 03/07/2025 ("Programa de Recompra Anterior"), consignando-se que todos os instrumentos celebrados e obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do Programa de Recompra Anterior permanecem válidos e terão seu cumprimento respeitado, observados os limites legais e regulatórios, no âmbito do Novo Programa de Recompra (conforme abaixo definido); e (2) a instituição de novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia ("Novo Programa de Recompra"), com as seguintes características: **(a)** Objetivo da Operação: adquirir ações de emissão da própria Companhia em bolsa de valores, a preço de mercado, com o objetivo **(a)** i) maximizar a geração de valor para os acionistas através da aplicação eficiente dos recursos disponíveis da Companhia, com expectativa de rentabilidade a médio e longo prazo; e **(ii)** fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou posteriormente alienadas no mercado, sendo que a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos para adquirir ações a termo em bolsa, cujas condições e características serão determinadas caso a caso, inclusive para substituição, readequação, renovação, ou repactuação dos prazos dos instrumentos derivativos contratados, observados os limites legais; **(b)** Quantidade de Ações: poderão ser adquiridas até 15.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 4,47% do total de ações de emissão da Companhia e a 9,04% das ações em circulação em 10/11/2026, sendo que a Companhia possui, nesta data, 570.761 ações em tesouraria, observado em qualquer caso os limites previstos na Resolução CVM 77; **(c)** Prazo: o prazo máximo para a realização da operação é de 18 meses a partir de 10/11/2026 (inclusive), encerrando-se, portanto, em 10/05/2028 (inclusive); **(d)** Modo de Aquisição e Preço: a aquisição das ações será feita no pregão da B3, a preço de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável, por meio das instituições intermediárias indicadas no Anexo I à presente ata; **(e)** Verificação pela Diretoria: a Diretoria somente poderá efetivar as negociações se tiver tomado todas as diligências necessárias para assegurar que a liquidação da operação, ou de cada operação, conforme o caso, em seu vencimento é compatível com a situação financeira da Companhia, não afetando o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento do dividendo obrigatório, com base nos recursos disponíveis apurados nas demonstrações financeiras mais recentes, que, com base no ITR, totalizavam, em 30/09/2026, R$ 126.110.000,00 em reserva de capital e R$ 270.883.760,85 em reserva de lucros disponíveis; **(f)** Cancelamento e Alienação das Ações: as ações adquiridas no âmbito do Novo Programa de Recompra poderão ser mantidas em tesouraria, canceladas ou alienadas no mercado, ficando desde já autorizada a alienação de tais ações pela Companhia, inclusive para atendimento dos planos de remuneração com base em ações da Companhia; e **(g)** Demais Condições: as demais condições do Novo Programa de Recompra encontram-se especificadas no Anexo I à presente ata, para fins de divulgação das informações indicadas na Resolução CVM 80. A convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser oportunamente realizada, em data a ser definida pela Diretoria conforme a melhor conveniência da Companhia, nos termos constantes do Edital de Convocação e da Proposta da Administração apresentados pela Diretoria da Companhia, que serão oportunamente divulgados. Em consequência da deliberação sobre os materiais de convocação, fica autorizada a Diretoria da Companhia a finalizar e divulgar o Edital de Convocação, a Proposta da Administração, o boletim de voto a distância, conforme aplicável, e os respectivos anexos e informações exigidos pela regulamentação aplicável, bem como a praticar os atos de registro e divulgação cabíveis, admitidos ajustes formais e redacionais que não modifiquem o conteúdo substancial das propostas aprovadas. Eventuais alterações substanciais deverão ser novamente submetidas ao órgão competente, observados os prazos legais de convocação. Vargem Grande Paulista, 10/11/2026. Fernando Pereira Aragão - Presidente da Mesa; André Abramowicz Marafon - Secretário da Mesa. **JUCESP** - 416.801/26-2 em 19/11/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Cyrela Extrema Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 10.982.461/0001-60 - NIRE 35223488575

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 13.11.2026, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade da Sócia. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 29.594.423,00 **para** R$ 28.594.423,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 16.657.987/0001-51 - NIRE 35226802751

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 13.11.2026, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade da Sócia. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 1.710.470,00 **para** R$ 810.470,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ nº 07.755.506/0001-50 - NIRE nº 35.300.327.527

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, nos termos do Artigo 7º do Estatuto Social da **Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** (a "Companhia") e do Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976, Lei das Sociedades por Ações, ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada, em primeira convocação, em 7 de dezembro de 2026, às 10 (dez) horas, na sede social situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Bernardo, nº 683, sala 3, CEP 03304-000, Tatuapé, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: eleição de diretora da Companhia e eventual revogação de eleição de administradores. Os acionistas poderão participar da Assembleia pessoalmente, ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar ou votar na Assembleia Geral. Os acionistas deverão comparecer ao endereço indicado portando documento de identidade com foto; caso compareça o representante, são necessários procuração e documento do representante. Se pessoa jurídica, cópia do contrato/estatuto social; e da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração), ambos registrados no órgão competente. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Na data da Assembleia Geral, o acesso à sede social para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista somente se dará mediante a assinatura da ata de Assembleia Geral pelo respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas estejam presentes no endereço indicado para a realização da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência.

São Paulo, 25 de novembro de 2026.

SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Nome: AVIVA MIZRAHI - Cargo: Diretora Financeira e Comercial

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13 de Novembro de 2026

Data, Horário e Local: No dia 13 de novembro de 2026, às 12h00min, realizada por meio de videoconferência, conforme prerrogativa prevista no *caput* do Artigo 19 do Estatuto Social da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: (a) Fabrício Mitre, (b) Pedro Barros Mercadante Oliva, (c) Guilherme Affonso Ferreira, (d) Rodrigo Coelho Cagali, (e) Henrique Fabio Oliveira dos Santos, (f) Gustavo Viana Volpato e (g) Roberto Rizo Patron Huerta Mercado ("Conselheiros"), os quais participaram via videoconferência, conforme facultado pelo *caput* do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Os Conselheiros elegeram o Sr. Pedro Barros Mercadante Oliva como Presidente da Mesa e o Sr. Fabrício Mitre como secretário. **Ordem do Dia: (i)** Tomar conhecimento da avaliação do Comitê de Auditoria da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao 3º (terceiro) trimestre do ano de 2026, findo em 30 de setembro de 2026 ("3º TRI"), conforme o Formulário de Informações Trimestral ("ITR"), acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, a saber, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("E&Y"); e **(ii)** apreciar o ITR da Companhia referente ao 3º (terceiro) trimestre de 2026, findo em 30 de setembro de 2026, acompanhado do Relatório da E&Y, em atendimento ao disposto no Artigo 21, alínea (j), do Estatuto Social da Companhia. **Registros e Deliberações:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros, por unanimidade dos presentes, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(i)** Tomaram conhecimento da avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria Estatutário sobre o ITR da Companhia referente ao 3º TRI, acompanhado do Relatório da E&Y, concluindo que a avaliação realizada no dia 10 de novembro de 2026, de qual opinou, por unanimidade e sem ressalvas, que os documentos aqui referidos refletem, de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia referentes ao 3º TRI, sem qualquer oposição; **(ii)** Em atendimento ao disposto no Artigo 21, alínea (j), do Estatuto Social da Companhia, aprovaram, em linha com a avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário mencionada no item (i) acima, o ITR da Companhia referente ao 3º TRI, acompanhado do Relatório da E&Y, não tendo os Conselheiros qualquer oposição a tais documentos, os quais ficam aprovados e poderão ser divulgados ao mercado nos termos da regulamentação aplicável. Fica a Diretoria autorizada a praticar todos os atos que forem necessários para a execução da deliberação ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os conselheiros presentes assinada. São Paulo/SP, 13 de novembro de 2026. Mesa: Pedro Barros Mercadante Oliva - Presidente; Fabrício Mitre - Secretário. Conselheiros Presentes: Fabrício Mitre, Roberto Rizo Patron Huerta Mercado, Guilherme Affonso Ferreira, Pedro Barros Mercadante Oliva, Henrique Fabio Oliveira dos Santos, Rodrigo Coelho Cagali e Gustavo Viana Volpato. A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 13 de novembro de 2026. **Mesa: Pedro Barros Mercante Oliva** - Presidente; Fabrício Mitre - Secretário. **Conselheiros Presentes: Pedro Barros Mercadante Oliva** - Presidente de Conselho de Administração; **Fabrício Mitre** - vice-presidente do conselho de administração; **Roberto Rizo Patron Huerta Mercado** - Conselheiro; **Guilherme Affonso Ferreiro** - Conselheiro; **Henrique Fabio Oliveira dos Santos** - Conselheiro; **Rodrigo Coelho Cagali** - Conselheiro; Gustavo Viana Volpato - Conselheiro. JUCESP nº 428.416/26-3 em 24/11/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DÉCIMO QUARTO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL RICARDO NAHAT – OFICIAL

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 998.545 em 10 de junho de 2026 a requerimento de ELTON CHU FLEISCHMANN, devidamente qualificado na ata notarial de usucapião lavrada no 23º Tabelionato de Notas da Capital (Lvº 5387, fls. 261/270), representado pelas advogadas Dras. Kelly Regina Braga, OAB/SP nº 166.228 e Lidia Teixeira Lima, OAB/SP nº 94.509, com escritório na Rua Estela nº 387, Vila Mariana, e-mails: kelly.braga@adv.oabsp.org.br e lidiatlima@adv.oabsp.org.br. **FAZ SABER aos** réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que requereu a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 13.105/15 e provimento 149/2023 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Rua Terezinha Gonçalves nº 275, lançado pelo contribuinte nº 047.278.0077-2, com 419,99m² de terreno e 327,00m² de área construída, devidamente descrito e caracterizado no memorial e planta juntados no procedimento, com origem na transcrição nº 12.987 do 1º Registro de Imóveis da Capital, alegando e comprovando posse há 15 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 412 e 413 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 19 de novembro de 2026.

De acordo, **RICARDO NAHAT, Oficial.**

STRONGHOLD INFRA INVESTMENTS S.A.

CNPJ nº 48.243.803/0001-01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas para a AGE, em primeira convocação, em 04/12/2026, às 11h, no Pátio Victor Malzoni, Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, Itaim Bibi, São Paulo/SP, com identificação na recepção, para deliberar sobre: 1. Registros acionários do antigo bloco Ethereal e eventual sub-rogação no Acordo de Acionistas. 2. Alteração do art. 2º do Estatuto Social quanto ao endereço da sede. 3. Diretrizes operacionais e financeiras, inclusive renegociação de dívidas. 4. Proposta de transferência do Contrato de Arrendamento nº 09/12023 (PAR50) e autorização para seu encaminhamento 5. Ciência das renúncias e eleição de novo Diretor, com definição de cargo e mandato. Informações pelo e-mail financeiro@liquipar.com.br.

São Paulo, 19 de novembro de 2026.

Juliano Azevedo Antunes – Diretor Presidente

FORZA GESTORA S.A.

CNPJ/MF nº 22.881.532/0001-18 - NIRE N.º 35300682050

Resumo da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Janeiro de 2026.

Data, Hora e Local: Em 30/01/2026, às 10:00 horas, na sede social da Forza Gestora S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre Continental, 2º andar, Sala 206 D, Cidade Jardim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.676-120. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme Livro de Presença: Hualassi Peguim (CPF 102.811.518-06, RG 15.625.523 SSP/SP, residente em São José do Rio Preto/SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 5045, Apto 58, Vila São José, CEP 15090-000) e Assetphoenix Empresarial S.A. (NIRE nº 35.300.589.670, CNPJ nº 23.626.896/0001-14, com sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 1, Conjunto 263, Sala 03, Cidade Jardim, São Paulo/SP, CEP 05.676-120), representada por seu Diretor Presidente Sr. Hualassi Peguim. **Convocação:** Dispensada a publicação, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Hualassi Peguim; Secretário: João Pedro Santos de Almeida. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: a) alteração do endereço da sede social da Companhia; e b) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Aprovadas por unanimidade pelos acionistas presentes: a) alteração do endereço da sede social da Companhia para a Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre 1, Conjunto 263, Sala 05, Cidade Jardim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.676-120, com consequente alteração da Cláusula 2º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação indicada no instrumento; e b) consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I da ata, ficando a administração autorizada a adotar as providências necessárias à implementação das deliberações. **Encerramento:** Nada mais. **Assinaturas:** Hualassi Peguim (Presidente da Mesa, Diretor Presidente e Acionista); João Pedro Santos de Almeida (Secretário da Mesa e Diretor); Assetphoenix Empresarial S.A. (Acionista). Confere com o original lavrado em livro próprio. Assinam: Hualassi Peguim (Presidente da Mesa, Diretor Presidente e Acionista); João Pedro Santos de Almeida (Secretário da Mesa e Diretor); Assetphoenix Empresarial S.A. (Acionista por Hualassi Peguim). JUCESP 106.919/26-0 em 06/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

A íntegra da presente Ata está disponível na versão digital deste jornal.

SYKUÉ BIOENERGYA ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/ME nº 07.777.336/0001-04 - NIRE 35300329422 - ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Realizada em 17/11/2023

Data, Hora e Local. Em 17/11/2023, às 10h, na sede da Companhia, localizada no município de SP, SP, à Al. Campinas, 579, Cj. 151, Sala A, Jardim Paulista, CEP 01404-100. **Convocação e Presença.** Presentes à assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia, conforme registro na lista de presença e no livro de presença de acionistas arquivado na sede da Companhia, ficando dispensada a convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Composição da Mesa.** Presidente: Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila; Secretário: Carlos Eduardo Antunes Taparelli. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre *(i)* alteração do objeto social da Companhia; *(ii)* desconstituição do Conselho de Administração da Companhia; *(iii)* alteração das regras de composição e funcionamento da Diretoria; *(iv)* eleição dos membros da Diretoria; *(v)* alteração do rol de matérias de competência da assembleia geral da Companhia; e *(vi)* alterações gerais do Estatuto Social para refletir as deliberações anteriores. **Deliberações.** Após exame e discussão, os acionistas deliberaram, sem ressalvas, o quanto segue: **(i)** A AGE foi considerada regularmente instalada, lavrando-se a presente ata em forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, §1º, da Lei das S.A.; **(ii) Aprovar** a alteração do objeto social da Companhia, para remover as atividades de (i) comércio atacadista de energia elétrica (CNAE 3513-1/00); e (ii) de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 7020-4/00), mantendo apenas a atividade de holding de instituições não-financeira (CNAE 6462-0/00). E ainda para adicionar as atividades de (i) prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211-3/00); e (ii) treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599-6/04). **(iii) Aprovar** a destituição dos Conselheiros do Conselho de Administração de seus respectivos cargos, conforme termos de destituição em anexo **(Anexo I)**, bem como a desconstituição do Conselho de Administração da Companhia, que deixará de existir; **(iv) Aprovar** a alteração das regras de composição e funcionamento da Diretoria, que passará a ser regida pelas seguintes regras: a. A Diretoria será composta de no mínimo 1, e no máximo 5, membros; b. Os Diretores não terão designação específica, e seus mandatos terão prazo de 3 anos, sendo permitida a reeleição; c. a Companhia poderá ser representada por apenas 1 Diretor, nos casos em que envolverem quantias de até R$ 3.000.000,00; para os casos e operações que excederem o referido valor, a Companhia somente poderá ser representada por 2 diretores em conjunto (ou seus procuradores), exceto quando houver apenas um Diretor eleito, que poderá representar a Companhia individualmente em todos os casos; d. Competirá à Diretoria: i. a representação da Companhia, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, perante quaisquer terceiros, qualquer órgão público ou autoridade federal, estadual ou municipal, assim como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais e qualquer instituição de crédito; ii. a prática de operações financeiras em geral, inclusive, mas não se limitando a: (a) abertura e fechamento de contas correntes ou contas investimento e efetivação das respectivas operações e movimentações para receber e/ou pagar (b) solicitações, cadastros, alterações e/ou desbloqueios de operadores e acessos MASTER; (c) emissão e endosso de cheques, avais, duplicatas; (d) bem como a assinatura de cédulas bancárias, notas promissórias, letras de câmbio, contratação de empréstimo de qualquer modalidade, inclusive *leasing* ou FINAME ou outros títulos financeiros e/ou bancários; (e) efetivação de aplicações financeiras em qualquer prazo, liquidez ou padrão de risco; todas realizadas dentro do objeto social da Companhia e até o limite de R$ 15.000.000,00; iii. a aceitação e a alienação de bens para uso próprio permanente da Companhia, dentro do curso normal dos negócios, inclusive de bens imóveis desde que tal operação ou alienação não supere, em valor individual ou acumulado, o limite de R$ 15.000.000,00, sendo que, caso um imóvel de propriedade da Companhia já esteja onerado pelo referido valor, as eventuais novas onerações, de qualquer valor, deverão ser aprovadas pela assembleia geral; iv. a aquisição de qualquer ativo pela Companhia ou a realização de qualquer outro investimento em valor individual não superior a R$ 15.000.000,00; v. a contratação e a demissão de empregados e colaboradores; e vi. a outorga de procurações em nome da Companhia. **(v) Aprovar** a eleição dos Srs. *(i)* Carlos Eduardo Antunes Taparelli, e *(ii)* Marcelo Pasianot para os cargos de diretores sem designação específica da Companhia, com mandatos de 3 anos, sendo permitida a reeleição, conforme termos de posse em anexo **(Anexo II)**; **(vi) Aprovar** a alteração do rol de matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral da Companhia, que passará a contar as seguintes matérias: a. reforma do Estatuto Social; b. eleição ou destituição de administradores e fiscais da Companhia; c. tomada de contas dos administradores e exame, discussão sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; d. emissão de debêntures, ou outros títulos ou valores mobiliários pela Companhia; e. suspensão do exercício dos direitos do acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.; f. avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; g. reestruturação societária, que ocorra em uma ou mais transações, envolvendo a Companhia, incluindo, mas não se limitando a qualquer operação de fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações ou transformação da Companhia em outro tipo societário; h. liquidação, dissolução, requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; i. aprovação ou alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia, observado o disposto neste instrumento; j. oferta pública primária ou secundária de ações ou valores mobiliários emitidos pela Companhia; k. a aprovação de operações da Companhia; k. a aprovação de operações da Companhia, de qualquer valor, inclusive, mas não se limitando a: (a) a abertura e fechamento de contas correntes ou contas investimento e efetivação das respectivas operações e movimentações para receber e/ou pagar; (b) solicitações, cadastros, alterações e/ou desbloqueios de operadores e acessos MASTER; (c) emissão e endosso de cheques, avais, duplicatas; (d) bem como a assinatura de cédulas bancárias, notas promissórias, letras de câmbio, contratação de empréstimo de qualquer modalidade, inclusive *leasing* ou FINAME ou outros títulos financeiros e/ou bancários; (e) efetivação de aplicações financeiras em qualquer prazo, liquidez ou padrão de risco, pela Companhia com valor individual ou acumulado superior a R$ 15.000.000,00; l. venda, oneração ou transferência da totalidade ou de parte dos bens ou direitos de qualquer natureza que compõem o ativo permanente da Companhia, bem como qualquer cessão definitiva da propriedade intelectual da Companhia, que superem, o valor individual ou acumulado de R$ 15.000.000,00; m. a alienação, oneração, venda, transferência ou cessão de qualquer imóvel de propriedade da Companhia, desde que em valor superior a R$ 15.000.000,00, sendo que, caso um imóvel de propriedade da Companhia já esteja onerado pelo referido valor, as eventuais novas onerações, de qualquer valor, também deverão ser aprovadas pela assembleia geral; e n. a aquisição de qualquer ativo pela Companhia ou a realização de qualquer outro investimento em valor individual superior a R$ 15.000.000,00. **(vii) Consolidar** o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações, mantendo-se inalteradas as demais disposições, passando o Estatuto Social a vigorar, a partir desta data, com a redação constante no **Anexo III. Encerramento e Lavratura.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a AGE, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Lista de Presença. Presidente:** Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila; **Secretário:** Marcelo Pasianot; **Acionistas:** *(i)* Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila; *(ii)* Luiz Felipe Chaves D'Avila; e *(iii)* AMD Participações Ltda., representada por Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila. **Certidão** - confere com o original lavrado em livro próprio - SP, 17.11.2023. **JUCESP** - 480.679/23-0 em 18/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

www.jornalodiasp.com.br

Governo deve renovar subsídio ao diesel por mais 30 dias

A equipe econômica deve prorrogar por mais 30 dias a subvenção de R$ 2,12 por litro de diesel comercializado no país.

A extensão do benefício pode custar entre R$ 8 bilhões e R$ 10,5 bilhões, elevando para cerca de R$ 85 bilhões o impacto total das políticas de contenção dos preços dos combustíveis nas contas públicas em 2026.

A previsão foi anunciada nesta quarta-feira (25) pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante entrevista sobre a liberação de R$ 3,43 bilhões do Orçamento. A portaria que formaliza a renovação ainda precisa ser validada pelo governo.

"O custo era estimado em R$ 10,5 bilhões [por mês], mas a gente tem verificado na execução que esses valores giram um pouco abaixo. Na prática, temos visto algo na faixa entre R$ 8 bilhões e R$ 10,5 bilhões", afirmou Moretti.

Segundo o ministro, as medidas adotadas para reduzir os efeitos da alta internacional do petróleo já provocaram impacto de aproximadamente R$ 75 bilhões nas contas públicas neste ano. O valor inclui de R$ 64 bilhões a R$ 65 bilhões em subvenções aos combustíveis e cerca de R$ 10 bilhões em perda de arrecadação com desonerações tributárias.

Custo das medidas

A nova prorrogação ainda não está incluída no impacto de R$ 75 bilhões. Com o gasto adicional, o custo total poderá chegar a aproximadamente R$ 85 bilhões, caso a subvenção fique no limite estimado pelo governo.

Moretti afirmou que a equipe econômica pretende reduzir gradualmente os incentivos, conforme os preços internacionais do petróleo recuem. A prioridade, neste momento, é garantir o abastecimento e evitar aumentos bruscos nas bombas.

"Nesta semana, vamos anunciar mais uma renovação de subvenção de R$ 2,12 do diesel. Tem necessidade de manter por mais um mês, mas temos a perspectiva de ir revendo esses valores, na expectativa de que os parâmetros [de preço] cedam", disse o ministro.

Receitas do petróleo

O governo esperava compensar os gastos com os subsídios por meio de receitas extraordinárias decorrentes da valorização do petróleo, incluindo royalties, tributos sobre o setor e o Imposto de Exportação sobre petróleo, prorrogado até 31 de dezembro.

Moretti afirmou que parte da arrecadação deve entrar apenas em 2027, devido ao calendário de pagamento dos tributos. Segundo ele, considerando esses recursos, o governo espera manter o equilíbrio entre receitas e despesas extraordinárias.

"Na margem, estamos equilibrados, considerando que uma parte dessas receitas entra no ano que vem, porque é como se paga cada um desses tributos", afirmou.

Alívio no Orçamento

A prorrogação ocorre após o Congresso autorizar a exclusão de até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026. A medida foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na terça-feira (24).

A autorização permitiu reduzir o contingenciamento de despesas de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,3 bilhões. Com o desbloqueio de R$ 2,1 bilhões, o governo liberou cerca de R$ 3,4 bil

Justiça derruba liminar que suspendia novas regras para VA e VR

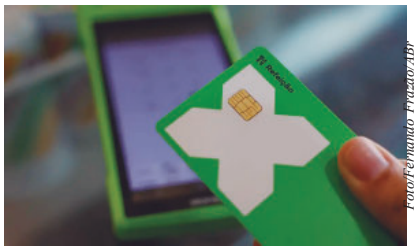
Foto: Fernando Frazão/ABr

O desembargador Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), derrubou decisão provisória que suspendia a aplicação de novas regras para as empresas de vale alimentação (VA) e vale refeição (VR).

A liminar que suspendeu parte das regras havia sido concedida em 9 de novembro, dias depois da entrada em vigor de uma série de mudanças determinadas pelo governo no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que abrange a utilização de VA e VR.

Para o desembargador, a suspensão das novas regras não se justifica, uma vez que a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) acionou a Justiça Federal mais de 180 dias depois de publicado o decreto com as novas regras, o que esvazia a necessidade de uma decisão urgente.

O decreto foi publicado em 12 de novembro do ano passado, enquanto a ação sobre o assunto somente foi ajuizada em 25 de setembro deste ano, "circunstância que enfraquece a alegação de urgência", afirmou Laranjeira.

"Adicionalmente, a coexistência de regimes distintos no mesmo mercado desarticula a regulação, que pressupõe homogeneidade de regime e aplicação conjunta e coordenada de suas regras, sendo pertinente, ainda, o impacto financeiro estimado pela União em cerca de R$ 8 bilhões anuais", acrescentou o desembargador do TRF1.

Ao derrubar a liminar que suspendia as novas regras para VA e VR, o magistrado atendeu a pedido formulado pela Advocacia-Geral da União (AGU). A decisão vale até que seja julgado o mérito da ação civil pública aberta pela ABBT sobre o assunto.

Com isso, volta a valer a regra sobre o funcionamento dos benefícios em formato aberto, no caso de operadoras com mais de 500 mil beneficiários, o que permite que os cartões de VA e VR funcionem em número mais amplo de máquinas e estabelecimentos.

Na liminar concedida em 9 de novembro, o juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 22ª Vara Federal Cível, havia entendido que o governo federal extrapolou sua competência legal ao estabelecer que o sistema de pagamento dos benefícios deve ocorrer obrigatoriamente de forma aberta, já que o modelo não consta na lei que criou o PAT.

"A fixação de linha de corte quantitativa para extinguir a modalidade fechada não possui qualquer arrimo no diploma primário, traduzindo comando contra legem que subverte o desenho institucional deliberado pelo Poder Legislativo", afirmou o juiz na ocasião. (Agência Brasil)

Saúde

Saúde repassa R$ 200 mi para maternidades filantrópicas

O Ministério da Saúde informou ter iniciado o repasse de R$ 200 milhões a maternidades de hospitais filantrópicos que atendem pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Serão beneficiadas 893 instituições.

Os recursos são para ampliar o atendimento a gestantes, puérperas e recém-nascidos. De acordo com o ministério, o repasse de R$ 200 milhões será feito em parcela única ainda este ano, por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), que envia para fundos estaduais, distrital e municipais. Esses são os responsáveis pela transferência para as maternidades.

No total, o programa Agora Tem Especialistas prevê montante de R$ 1 bilhão para Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Como é o repasse

As instituições recebem conforme o número de partos feitos pelo SUS no ano passado.

2 mil partos ou mais: R$ 400 mil; De 1 mil a 1.999 partos: R$ 300 mil; De 750 a 999 partos: R$ 200 mil; De 500 a 749 partos: R$ 100 mil.

Já os R$ 800 milhões restantes serão repassados em duas parcelas pelos serviços prestados por Santas Casas e hospitais filantrópicos (cirurgias, internações, consultas, exames e tratamentos especializados).

Um dos objetivos do programa Agora Tem Especialistas é oferecer mais atendimentos especializados e reduzir a fila de espera por consultas, exames e cirurgias. A estratégia é ampliar o valor pago pelos serviços, com a inclusão do cuidado integrado, que prevê exames, consultas especializadas e cirurgias.

Em 2025, por exemplo, as instituições receberam R$ 62,3 bilhões do SUS, quase três vezes o valor que seria pago com base exclusivamente na Tabela SUS. (Agência Brasil)

Comissão fixa carga mínima de filosofia e sociologia no ensino médio


Foto: Lula Marques/Agência Brasil

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (25), projeto de lei (PL) que torna obrigatória a oferta das disciplinas filosofia e sociologia no currículo escolar em todas as séries do ensino médio. As duas matérias das ciências humanas viraram opcionais após a implantação do Novo Ensino Médio em 2017.

Em julho de 2024, a Lei 14.945 que ajustou a reforma anterior restabeleceu a obrigatoriedade de oferecer filosofia e sociologia, mas não fixou uma carga horária mínima. Especialistas apontavam que essa lacuna da lei, na prática, obstruía o retorno dessas matérias ao ensino médio.

Ao estabelecer uma carga horária mínima de duas horas semanais de aulas de filosofia e sociologia, em média, em cada série do ensino médio, o PL 1466 de 2026, aprovado hoje na Comissão de Educação, busca restabelecer de vez essas disciplinas no currículo escolar dessa etapa de ensino.

Outra novidade é que o texto exige que os professores tenham formação específica de licenciatura nessas disciplinas.

A relatora do projeto, deputada Maria do Rosário (PT-RS), destacou que a filosofia e a sociologia favorecem a análise crítica da realidade, a formação ética e o desenvolvimento da consciência social.

"Todos os saberes serão beneficiados pela reinclusão, como componentes curriculares, destas duas áreas porque é na filosofia e na sociologia que nós encontramos significado para os demais conteúdos na reflexão sobre o mundo", disse a relatora.

O texto recebeu apoio de mais de 420 entidades da educação, foi aprovado sem votos contrários, e agora segue para análise do plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovado, o tema segue para análise do Senado.

A filosofia e sociologia deixaram de ser obrigatórias no ensino médio durante a ditadura civil-militar (1964-1985), voltando a ser exigidas em 2008, até se tornarem novamente optativas em 2017.

O deputado federal Idilvan Alencar (PSB-CE) defendeu que as disciplinas devem ser obrigatórias em todo o ensino médio porque ensinam os estudantes a pensar a realidade.

"Um país onde o povo confunde democracia com ditadura e violação dos direitos humanos com liberdade de expressão, eu venho aqui fazer uma defesa veemente para que a gente defenda uma escola que ensina a pensar", afirmou.

A deputada professora Luciene Cavalcante (PSOl-SP) criticou a retirada da obrigatoriedade de dessas disciplinas na reforma do ensino médio de 2017, acrescentando que cerca de 30% de todas as questões que caem nos principais vestibulares e no Enem são de filosofia e sociologia.

"Se na rede particular mantém carga mínima para essas disciplinas como obrigatória e na rede das escolas públicas a gente não tem mais a oferta desses conteúdos, estamos fazendo um tipo de escola que vai criar as pessoas que vão mandar e depois, na outra, as pessoas que vão obedecer", ponderou. (Agência Brasil)

Mineradora é multada em R$ 16,9 milhões no Pará por poluição de rio


Foto: Mineradora Brasil/Divulgação

Após denúncias de moradores dos municípios de Tucumã e São Félix do Xingu, no sudeste do Pará, a empresa Mineração Caraíba S.A., conhecida como Ero Brasil, recebeu duas multas do governo estadual em razão da poluição de rios das regiões. As multas somam R$ 16, 9 milhões. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (Semas) do Pará informou na terça-feira (24) que também interditou a extração e o beneficiamento de minério de cobre em Tucumã.

Seguindo a Semas, as equipes de fiscalização receberam materiais de moradores, com vídeos sobre a situação dos rios da região que mostravam mortandade de peixes e animais, além de mudança na turbidez da água. As equipes da Gerência de Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras (Gerad) visitaram a comunidade P7 e pontos de monitoramento perto da mineradora.

"Com a ajuda de moradores, chegaram ao local mostrado em um vídeo que circulava nas redes sociais, com água de cor azulada escorrendo. Ali, os fiscais encontraram água esverdeada saindo da área da mineradora e chegando a um afluente do rio Jatobá, que passa por áreas de pasto e açaizal de uma propriedade rural", disse a secretaria.

Multas

A maior multa, de R$ 16,8 milhões foi aplicada porque a empresa lançou efluente industrial de concentração extremamente ácida nos rios da região.

"O material saiu da área da mina e da pilha de material com potencial de gerar acidez. O lançamento aconteceu porque transbordou uma estrutura de contenção", disse a Semas.

A secretaria informou que o valor foi agravado devido ao fato de a empresa não ter avisado o órgão ambiental nem a Defesa Civil em até 48 horas após o acidente, como exige a legislação estadual.

A segunda multa, de R$ 50 mil, foi aplicada porque a mineradora instalou estruturas para armazenar, conter e manejar efluentes industriais do beneficiamento do cobre sem autorização prévia do órgão ambiental.

No que diz respeito à interdição, que atingiu o projeto Boa Esperança, a secretaria destacou que continuam permitidas apenas as ações de emergência para conter o vazamento. Entre as medidas estão a manutenção do funcionamento dos sistemas de recirculação, drenagem e tratamento; a redução de forma controlada do nível da estrutura de contenção; o reforço da drenagem da água da chuva e recuperação do curso d'água atingido.

A Ero Brasil tem prazo de 15 dias para entregar ao órgão um relatório das medidas de emergência adotadas e planos de ação com cronograma. Além disso, a empresa tem 20 dias úteis para apresentar defesa, pedir conciliação ambiental ou pagar as multas.

Outro lado

Em nota, a Ero Brasil disse que cumpre integralmente a determinação e trabalha para atender a todas as exigências dentro do prazo estabelecido pela Semas.

Segundo a empresa, em duas ocasiões, chuvas torrenciais superaram a capacidade de bombeamento de um dos pontos de coleta da unidade. Parte da água extravasou para fora da área operacional e, segundo a Eros, a empresa comunicou o ocorrido à Semas.

"A empresa recebeu auto de infração relacionado aos extravasamentos e já iniciou a recuperação da área impactada. Para evitar novas ocorrências, ampliou a capacidade de bombeamento e está realocando a pilha mais próxima do ponto de extravasamento", diz a nota.

A empresa também argumentou que a mortandade de peixes começou a ser registrada cerca de três semanas antes dos extravasamentos e em área distante da unidade (aproximadamente 51km). De acordo com a empresa, os dados disponíveis até agora não indicam qualquer relação entre os dois episódios. (Agência Brasil)

MPF pede mudanças na gestão de políticas para população de rua em SP

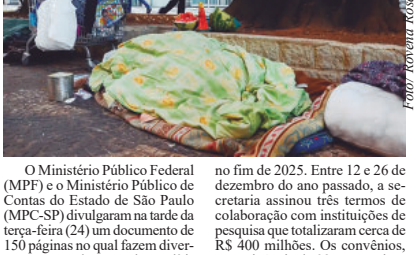
Foto: Roberta Rosa/ABr

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo (MPC-SP) divulgaram na tarde da terça-feira (24) um documento de 150 páginas no qual fazem diversas recomendações sobre políticas estaduais voltadas para a população em situação de rua. Os órgãos apontaram problemas de acompanhamento de atuação de organizações terceirizadas e entidades assistenciais, equívocos na escolha de modelos de assistência, má gestão e falhas na transparência de atendimento e prestação de contas.

Segundo o documento, os problemas identificados incluem resultados muito abaixo das metas estipuladas, falta de transparência na aplicação de valores milionários e ausência de padrões orçamentários que permitam o acompanhamento das políticas assistenciais. As políticas públicas analisadas estão ligadas à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS) e à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH).

O exame das contas revelou ainda divergências contábeis em fundos especiais vinculados à SEDS e levantou suspeitas sobre parcerias que a pasta firmou no fim de 2025. Entre 12 e 26 de dezembro do ano passado, a secretaria assinou três termos de colaboração com instituições de pesquisa que totalizaram cerca de R$ 400 milhões. Os convênios, com vigência de 32 meses, tiveram pagamento imediato de um quarto do valor previsto, sem apresentação de plano de trabalho, cronograma executivo ou demonstrativo de execução prévia de serviços que justificasse o adiantamento.

Um dos programas principais de atendimento ao público, o SuperAção SP, também chamou atenção dos procuradores. Entendido por eles como o principal programa do governo de São Paulo para o atendimento da parcela da população em maior vulnerabilidade social, a iniciativa consumiu R$ 275 milhões em 2025, enquanto a previsão inicial aprovada era de gasto de R$ 154,2 milhões ao longo de quatro anos (de 2024 a 2027). Apesar disso, o SuperAção SP atingiu apenas 0,23% da meta de benefícios sociais que deveriam ser concedidos a pessoas em situação de rua e não entregou nenhuma das 275 vagas de qualificação profissional previstas, de acordo com o documento divulgado.

Desses gastos, R$ 128,6 milhões foram registrados sem correspondência com indicadores definidos no Plano Plurianual 2024-2027 do estado, e são exemplo de mudanças na classificação de gastos da SEDS, apontadas pelo MPF e pelo MPC-SP como uma falha central nas contas da pasta. "A prática de criar rubricas aleatórias para declarar verbas dificulta a avaliação de resultados conforme objetivos preestabelecidos, ao mesmo tempo em que evidencia a falta de repasses para ações planejadas", apontam os órgãos em nota conjunta.

Também é criticada a inexistência de um mapeamento sobre a capacidade de cada município do estado de atender à população em situação de rua, estimada em 150 mil pessoas pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua). "Sem uma visão abrangente das necessidades regionais, a distribuição de recursos acaba concentrada na região metropolitana da capital, deixando em desamparo áreas urbanas como Campinas e Santos e cidades de médio porte. Soma-se a isso a insuficiência dos recursos estaduais para financiar abrigos e repúblicas, que atualmente oferecem vagas para, no máximo, 20,5 mil pessoas", criticam o MPF e o MPC-SP.

Os órgãos defendem, ainda, a necessidade de rever o modelo adotado na assistência social para essa população. O acolhimento provisório, em abrigos, é entendido por eles como menos eficiente, pois exige cerca de três vezes mais recursos e não favorece mudanças efetivas na situação dos atendidos. Sugerem, por sua vez, a adoção de programas de fomento à moradia, acompanhada de suporte multidisciplinar, seguindo a metodologia internacional conhecida como Moradia Primeiro (Housing First). Política semelhante foi adotada na capital, com o programa De Braços Abertos, iniciado em 2014 durante a gestão do então prefeito Fernando Haddad.

As recomendações foram encaminhadas para o Tribunal Estadual de Contas, em 19 de novembro de 2026, e para as secretarias (SEDS e SDUH), continuamente, desde 2023.

Em nota à Agência Brasil, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) informou que não foi notificada sobre a referida representação. Segundo a secretaria, em 5 de novembro, "já havia encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) um ofício com esclarecimentos similares".

"O SuperAção SP é uma iniciativa inovadora do Governo de SP que vai além da transferência de renda, oferecendo acompanhamento individualizado e personalizado às famílias em situação de vulnerabilidade social, e não à população em situação de rua. A avaliação dos investimentos e resultados deve considerar a abrangência do programa e seu cronograma de implantação e execução", diz a nota.

Conforme a secretaria, "a comparação entre valores e metas originalmente previstos no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e a execução do SuperAção SP desconsidera a reformulação da política pública". O planejamento de 2023, segundo a secretaria, "previa a unificação dos programas estaduais de transferência de renda". Foi realizada uma revisão em 2026 e os recursos foram ampliados para R$ 553,6 milhões. Agência Brasil)